

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE PORTO FELIZ: CAPELA EM 1720, FREGUESIA EM 1728, VILA EM 1797

Maria Clara de Oliveira Calil

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
CEATEC

m.clara_calil@hotmail.com

Ivone Salgado

Grupo de Pesquisa: História das Cidades: Ocupação
Territorial e Ideários Urbanos

POSURB - CEATEC

salgadoivone@puc-campinas.edu.br

Resumo: *A pesquisa se insere num conjunto de estudos de caso de cidades do planalto paulista, especialmente na região de Campinas, representativas do ciclo econômico do açúcar em São Paulo. Delimita o estudo de caso da formação urbana de Porto Feliz, que exerceu a função de porto fluvial de uma das cidades mais representativas dos ciclos do açúcar na região, a cidade de Itu. Visou identificar a sua formação inicial, desde o então povoado de Araritaguaba, a sua configuração como freguesia de Araritaguaba e sua posterior organização espacial quando da elevação da freguesia a Villa de Porto Feliz, em 1797. A pesquisa procurou compreender os desmembramentos territoriais e os diversos status urbanos (pouso, arraial, capela, capela curada, freguesia, e vila). A investigação pretendeu também identificar os seus patrimônios urbanos preservados e os seus vestígios, com fins de indicação de políticas de preservação e de valorização da identidade destes núcleos e da valorização dos aspectos históricos de suas formações. A investigação também procurou identificar os aspectos fundiários na formação da terra urbana: a formação do rossião e do termo identificando o papel das ordens eclesiais, do poder civil (Câmara) e dos moradores doadores de terras para formação do patrimônio urbano constitutivo do núcleo. Destaca-se como método adotado o da cartografia histórica que permite elaborar mapas interpretativos da configuração espacial nos núcleos urbanos em diferentes momentos históricos.*

Palavras-chave: *formação urbana, patrimônio histórico, história da cidade.*

Área do Conhecimento: *Ciências Sociais Aplicadas – Arquitetura e Urbanismo – CNPq.*

1. INTRODUÇÃO

Conforme nos esclarece Mauricio de Almeida de A-breu [1] o sistema sesmarial de concessão de terras implantado no Brasil pelos portugueses contribuiu

diretamente para o processo de formação e fundação de núcleos urbanos. Como as sesmarias que tendiam a ser grandes “latifúndios”, implicavam exagerados custos, particularmente com a escravaria, de modo que a maioria dos sesmeiros, com exceção dos ricos, não tinham condições de custear as elevadas despesas. Os ricos sesmeiros puderam, portanto, obter a concessão de antigas sesmarias ou apenas parte delas, porém os pequenos sesmeiros, em sua maioria, acabaram se tornando agregados dos grandes sesmeiros, constituindo uma classe pobre que habitava o campo, mas destituída de bens de raiz.

Os pequenos sesmeiros, que não possuíam a concessão da terra, foram, todavia, importantes para o surgimento dos patrimônios religiosos (que dariam origem a muitas cidades), pois algumas glebas eram cedidas por um ou mais dos grandes sesmeiros para que esses trabalhadores sem chão pudessem ali se estabelecer e construir suas moradias. No entanto, a doação dessas terras nunca acontecia diretamente a esses homens sem posse; elas sempre beneficiavam um santo padroeiro, cabendo à Igreja os cuidados com a administração desse patrimônio [1].

Muitas cidades de hoje ainda são regidas por normas instituídas num passado não muito distante, porém, sem entendê-las, tornamo-nos incapazes de compreender os espaços urbanos atuais. Por essa razão, lançar luz sobre os fundamentos históricos na formação da terra urbana auxilia a entender a formação urbana da cidade de Porto Feliz, compreendendo o espaço, termos e conceitos urbanos. Para Cláudia Damasceno Fonseca, todavia, não se pode considerar os ditames acerca das fundações de cidades segundo uma regra, um modelo ou até mesmo uma linearidade normativa, espacial ou cronológica, pois fatores de ordem política, econômica e especialmente conflitos locais puderam influenciar e determinar com mais intensidade as proposições gerais do urbano de que necessariamente as normas eclesiais [2].

2. A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO DA CAPELA NOSSA SENHORA DA PENHA, EM 1720

Segundo Nestor Goulart, a povoação que deu origem à atual cidade de Porto Feliz se iniciou no século XVIII num antigo local de assentamento da aldeia dos Guaianases. Tal povoação se tornou o importante pouso de Ararituaba, pertencente ao termo da vila de Itu, no período das monções, visto que era o único porto para os bandeirantes adentrarem nos sertões em busca do ouro. [3]



Figura 1. Em destaque na planta da Freguesia de Ararituaba, de Teotônio José Zuzarte, de 1769: 1) Rio Tietê, 2) Largo da Penha, 3) Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, 4) Capela Nossa Senhora da Penha, 5) Casa do Capitão-mór, 6) Estrada para Itu, 7) Rua Direita, 8) Casa as Alfândega. FONTE: Reis, Goulart Nestor, 2000: 205.

Segundo informações fornecidas por Nardy Filho, o patrimônio religioso da Capela Nossa Senhora da Penha foi doado por Antonio Cardoso Pimentel para a construção da Capela em 1700, em terras de sua sesmaria, nas margens do Rio Tietê. Este construiu a Capela e cuidou da mesma até a sua morte em 1721, deixando como herança, “um sítio com casa de telhas de três lanços e seus corredores, com 500 braças de terras e meia légua de sertão, mais de dez cabeças de gado, em touro e alguns escravos”. Um de seus herdeiros, seu filho José Cardoso Pimentel se tornou protetor desta Capela a partir da morte de seu pai. Todavia, ao embarcar pelo Rio Tietê, em uma monção em direção ao Rio Paraná, José Cardoso Pimentel vem a falecer em um ataque de índios. Ele deixa a capela cheia de dívidas, um total de 400\$000 por causa do trabalho escravo realizado na fabricação de canoas, para o novo protetor da Capela Cristóvão Borges, marido de sua sobrinha Leonor

Cardoso. As terras nas quais se encontravam a Capela foram doadas em 1728 pelo governador da Capitania de São Paulo Rodrigo Cézar de Menezes a um povoador que já morava na região desde 1724, Antonio Sardinha. Este recebeu nesta data, em 1728, a sesmaria que continha a Capela Nossa Senhora da Penha. [4].



Figura 2. Capela de Nossa Senhora da Penha, reconstituição de 1721, conforme pintura em azulejo, de Bruno De Justi, realizada entre 1948 e 1960, na Matriz de Nossa Senhora da Mãe dos Homens, em Porto Feliz. Fonte: Arquivo Maria Clara de Oliveira Calil

A capela de Nossa Senhora da Penha possuía como principal atividade as monções. Era dia de festa quando da partida de uma monção; as canoas e batelões eram carregados com mantimentos para a viagem, recebiam os gêneros e artigos que seriam vendidos nas Minas. Eram feitas diversas celebrações para abençoar a viagem dos monçoeiros, como na capela, onde o vigário celebrava uma missa, implorando a proteção de Deus e da Nossa Senhora da Penha.

Quando uma monção voltava inteira para Ararituaba, a cidade ficava em festa, pois todos queriam saber das novidades e saudar os viajantes. Lá no alto da povoação o pequeno sino da capela chamava o povo para render graças de agradecimento do êxito da viagem e também orar pelos mortos. Porém, nem todas as monções eram recebidas com enorme festejo; muitas eram destroçadas nas cachoeiras e então os remanescentes dessa expedição tornavam à Ararituaba e sua chegada ao porto causava tristeza, já que apenas trazia luto às famílias dos que partiram e muitas vezes voltavam antes de atingir o fim da viagem. [5].

3. ELEVAÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PENHA A FREGUESIA DE ARARITAGUABA, EM 1728

Segundo Nardy Filho, nas três primeiras décadas de existência da Capela Nossa Senhora da Penha, entre 1700 e 1728, existia no local um povoado com “algumas casas no largo fronteiro àquele e ao qual era dado o nome de Largo da Penha”. O autor afirma que os moradores deste povoado se queixavam da “falta de um sacerdote que lhes atendesse em suas necessidades e obrigações espirituais; para seus casamentos, batizados e desobrigas viam-se forçados a ir a Itu, caminhando por péssimas estradas” [4]

Em 5 de fevereiro de 1728, ocorre a elevação da Capela Nossa Senhora da Penha à condição de Freguesia de Ararituaba, no território da Vila de Itu. Após a elevação em vila da freguesia de Ararituaba, foi criado em 1728, duas Companhias de Ordenanças.

Com o aumento da população quando se instituiu a freguesia, a capela feita de pau a pique tornou-se pequena para servi-la. Assim, em 1735, o vigário Padre Felipe de Campos, junto com alguns moradores da povoação dirigiram uma petição ao Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antonio de Guadalupe, solicitando licença para aumentar a capela. Atendendo o Bispo ao pedido, os ararituabanos determinaram, através da Provisão de 24 de novembro de 1744, a escolha do local da nova igreja, que foi construída em taipa de pilão. [4].



Figura 3. Igreja Matriz Nossa Senhora da Mãe dos Homens, Porto Feliz. Fonte: Arquivo da Casa da Cultural Dona Narcisa Stettener Pires Porto Feliz.

A construção da igreja foi iniciada em 1748, no mesmo local escolhido pelo vigário da Vara de Itu, porém, não é dedicada a Nossa Senhora da Penha, mas sim a Nossa Senhora Mãe dos Homens. Sua inaugura-

ção em 1750 foi feita pelo vigário da vara de Itu que se encarregou de benzer a Igreja que foi denominada Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, “cuja imagem majestosa e perfeita se achava em depósito na vila de Itu para se colocar, para cujo efeito pretendia fazer benzer a dita nova igreja, pois se achava completa e com os parâmetros mais necessários para se poder celebrar missa nela”. [4].

Inaugurada e benzida essa igreja começa a servir de Igreja Matriz da paróquia, passando a Nossa Senhora Mãe dos Homens a ser padroeira de Ararituaba. Essa Igreja vem servindo de Matriz para a cidade de Porto Feliz até os dias de hoje.

4. ELEVAÇÃO DA FREGUESIA DE ARARITAGUABA A VILLA DE PORTO FELIZ, EM 1797

O rei de Portugal tinha como objetivo aumentar a riqueza em seus vastos domínios, para obter este resultado, ordenava que houvesse o aumento do comércio e a permuta recíproca dos gêneros e manufatura entre o reino e a Capitania de São Paulo. Para alcançar tal objetivo, o governador Antonio Manoel de Castro e Mendonça animou a agricultura, o comércio e o uso de azeites e vinhos. Além disso, o governador promoveu em 1797 a elevação de quatro freguesias, entre elas a freguesia de Ararituaba, futura Villa de Porto Feliz. [6].

A elevação de uma freguesia neste período significava uma estratégia de consolidação do território dando continuidade a uma política implementada pelo governo de Morgado de Mateus. No caso de Ararituaba, pertencente a Itu, era uma freguesia de grande importância devido à produção de açúcar e a presença de um porto no Rio Tietê, no caminho para a fronteira com territórios da Espanha. [6].

No dia 22 de dezembro de 1797, o ouvidor geral e corregedor da Comarca de São Paulo, Dr. Caetano Luís de Barros Monteiro, sob ordens do capitão-general e Governador Antonio Manoel de Castro e Mendonça, iniciou no período da manhã, o termo de elevação da freguesia de Ararituaba à categoria de vila, com denominação de Vila de Porto Feliz. Em seguida, procedeu “ao levantamento do Pelourinho, escolheu e marca o lugar para o Paço do Conselho e Cadeia, demarca o rocio da vila e traça os seus limites com as vilas vizinhas [6].

A cerimônia de criação de vila no Brasil colonial se dava no final do século XVIII, na Capitania de São Paulo, por procedimentos que seguiam uma ritualística: tendo sido autorizado pelo governador da capitania a fundação da vila, em resposta à “Petição dos

Moradores”, o ato fundacional principiava pelo “Auto de Erecção”, seguindo dos “Termo de Levantamento de Pelourinho” e “Termo de Escolha e de Demarcação de Terreno para os Paços do Concelho e Cadeya”, para em seguida serem estabelecidos o “Termo de Declaração de Rocio” e o “Termo de Divisão de Limites”, e finalmente se dava o “Auto da Eleição” para a constituição do novo Conselho. [6]

5. A FORMAÇÃO DO BAIRRO DA VILA DE PORTO FELIZ: 1797-1803

Desde cedo, no período da freguesia, foi encontrado no açúcar o catalizador da agricultura. Nardy Filho mostra que, no ano de 1776 a freguesia contava com 266 fogos, com 2.788 habitantes, sendo 807 escravos, aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população. A maioria da população era constituída de lavradores; porém havia pessoas que faziam canoas e outras que as alugavam para as viagens até Cuiabá; contudo havia também, os produtores de cana para a produção de aguardente, como por exemplo, o alferes Antonio Soares da Costa. [4].

A escravatura continuava aumentando, junto com a lavoura açucareira, no ano da elevação da freguesia, o governador Melo Castro e Mendonça, argumenta ter a povoação “toda a capacidade e disposição para vir a ser em poucos anos, uma das vilas opulentas desta Capitania”. [4].

O chamado Bairro da Villa de Porto Feliz, ou seja, a área urbana ocupada a partir da formação da capela, no Largo da Penha, e da Matriz da Nossa Senhora Mãe dos Homens, no Largo da Matriz, possuía parte da população total da vila, que era composta ainda pela população de vários bairros rurais. A análise dos dados populacionais do Bairro da Vila para os anos de 1797, 1798, 1799, 1802 e 1803, permitiu uma compreensão de formação urbana dos primeiros anos da Vila de Porto Feliz. A partir dos Maços de População arquivados no Arquivo do Estado de São Paulo foi possível analisar os “fogos” (casas) e os habitantes da vila. No ano de 1797, o recenseamento populacional foi organizado por “fogos” e revelam os nomes dos seus habitantes, os nomes de seus familiares (esposas e filhos), os nomes dos agregados e dos escravos, além de mostrar as idades de todos os moradores.

No ano de 1803, no Bairro da Villa foram recenseados 36 fogos com 333 habitantes. Dentre eles 5 senhores de engenho, 1 negociante, sendo apenas um morador responsável por plantar seu próprio mantimento. Nesta data são registradas profissões relacionadas à Igreja e à administração civil da vila, como 1 Contratador dos Reais Dízimos, 1 habitante que

se encarregava da Servidão da Igreja Matriz e 1 Oficial da Companhia.

Na cidade também habitavam outros diversos profissionais no ano de 1803, como 7 costureiras, 1 negociante, 1 pescador, 3 fiadores de algodão e 1 habitante que vivia da navegação.

Dentre os senhores de engenho, num total 5, o capitão-mor Francisco Morais Leite havia enriquecido, aumentando o seu número de escravos de 23, em 1798, para 33 em 1803. Antonio Paes de Campos também havia enriquecido e contava agora com 16 escravos, no lugar de 11 em 1798; o mesmo tendo ocorrido com o senhor de engenho Manoel José Vaz que passara a contar com 35 escravos, no lugar de 26 em 1798. Estatísticas estas que revelam o aumento da produção do açúcar na vila.

No ano de 1803 também foi registrado pelo recenseador a etnia dos escravos; aonde 55 escravos eram provenientes de Benguela, 16 do Congo, 1 de Angola e 6 de Rebolo, etnias estas originárias da África Central. Havia também 1 escravo originário do Cabo Verde.

6. CONCLUSÃO

A cidade de Porto Feliz possui preservada parte dos seus monumentos históricos que revelam sua história, desde a sua ocupação inicial no século XVII, como porto de onde partiam as monções, até meados do século XIX, período de estudo da presente pesquisa. Dentre estes patrimônios podemos destacar: a Casa da Alfândega e o Museu das Monções.

O edifício que abriga hoje o Museu das Monções foi construído no início do século XIX, e é representativo da prosperidade da vila com a produção do açúcar, tinha como uso original uma residência familiar de um homem rico da vila, o Tenente-Coronel José Manoel de Arruda. Sua configuração é a de um sobrado, e serviu de hospedagem a D. Pedro II em sua vida a Porto Feliz. Possui as paredes externas executadas em taipa de pilão e as divisórias internas de taipa de mão. O piso inferior foi feito em assoalho e ladrilho hidráulico, enquanto o piso superior é de barro colonial, com estrutura de madeira. O forro é de madeira e o telhado possui telhas de barro colonial, com estrutura em madeira. Apresenta portas e janelas em madeira com a presença de elementos de vidros, sacadas e janelas com componentes de ferro. Hoje o edifício encontra-se aguardando a retomada do processo de restauração. [7]



Figura 4. Imagem Contemporânea do Museu das Monções. Fonte: Acervo Maria Clara de Oliveira Calil e Ivone Salgado.

A Casa da Alfândega foi construída no século XVIII, com paredes internas e externas executadas de taipa de pilão, piso do térreo em assoalho hidráulico e do pavimento superior de assoalho com estrutura de madeira. Não possui forro e o telhado é formado por telhas de barro do tipo colonial, com estrutura de madeira. Na Casa da Alfândega eram cobrados os impostos sobre o ouro. Atualmente, funciona no edifício, o restaurante/bar Bellini, que serve comida típica da cidade: o cearense. [7]



Figura 5. Imagem Contemporânea da Antiga Casa da Alfândega no Largo da Penha. Fonte: Arquivo Maria Clara de Oliveira Calil e Ivone Salgado.

Algumas ruas de Porto Feliz ainda preservam a mesma configuração inicial, com suas calçadas estreitas e casario alinhado à frente do lote; configuração típica do traçado colonial quando a rua existia sempre como um traço de união entre conjuntos de

prédios e por ele era definida espacialmente. Os sobrados ou casas térreas eram construídos de modo uniforme e suas padronizações eram fixadas pelas Cartas Régias ou pelas posturas municipais.

Esta configuração típica da rua colonial permaneceu em Porto Feliz, pois ali não encontramos no século XX planos de alargamento de ruas ou de intervenções mais significativas nestes casarios. O traçado urbano da área central contemporânea de Porto Feliz guarda a mesma disposição do século XVIII. É o caso da Rua da Lage, na saída para Capivari.



Figura 6. Rua da Lage, Porto Feliz. Fonte: <http://terradasmoncoes.blogspot.com.br/2012/02/os-casarios-de-porto-feliz.html>, acesso em 20 de julho de 2015.

A identificação deste patrimônio edificado poderá subsidiar políticas de preservação patrimonial, com destaque para seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, para fins de preservação do conjunto do seu patrimônio urbano ou de seus vestígios de formação urbana, assim como de sua articulação como os caminhos e outros núcleos urbanos do espaço regional.

Ao resgatar aspectos da história da formação de Porto Feliz, da memória e da sua identidade através da delimitação espacial da freguesia que daria origem ao município de Porto Feliz, procuramos construir subsídios para políticas de valorização patrimonial. Este estudo de caso permite compreender os processos distintos das formações urbanas no território paulista e identificar como se davam os desmembramentos dos diversos territórios em freguesias, e posteriormente em vilas e cidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio à pesquisa através do Programa PIBIQ.

REFERÊNCIAS

- [1] Abreu, M. de A., (2006), A apropriação do território no Brasil Colonial. *In*: Castro, I. E. et al, *Explorações gráficas: percursos no fim do século*, 2ª ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ, p. 187-245.
- [2] Fonseca, C. D., (2011), *Arraiais e vilas d'el Rei: espaço e poder nas minas setecentistas*, Editora UFMG, Belo Horizonte, MG.
- [3] Reis Filho, N. G., (2000), *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, EDUSP- Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.
- [4] Souza, J. S., (org.), (1979), *Ararituaba: o Porto Feliz*, Editora Semana das Monções, Porto Feliz, SP.
- [5] Souza, J. S., (org.) (2009), *A Cidade e o Rio – Ararituaba, o Porto Feliz*, Editora Ottoni, Porto Feliz, SP.
- [6] Pereira, R. B., e Salgado, I. (2014), *Agentes das fundações urbanas na Capitania de São Paulo no final do século XVIII: análise comparativa das freguesias de Jaguari, Campinas e Ararituaba*. Anais do 12th International Conference on Urban History, Lisboa, Portugal.
- [7] Capturado online em 25/05/2015 de <<http://www.camaraportofeliz.com.br/porto-feliz/atracoes-turisticas>>